**Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.**

###### ATA DA 17ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 17ª Reunião realizada em 22 de maio de 2012, às quinze horas e vinte minutos, na Sala 09 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença das Senhoras Senadoras**: Ana Rita (PT/ES), Marta Suplicy (PT/SP), Maria do Carmo Alves (DEM/SE) e Lídice da Mata (PSB/BA); (PT/PE);** das Senhoras Deputadas**: Keiko Ota (PSB/SP), Sueli Vidigal (PDT/ES), Carmem Zanotto (PPS/SC)** e **Rosane Ferreira (PV/PR), Marina Santanna (PT/GO), Nilda Godim (PMDB/PB), Aline Corrêa (PP/SP) e Flávia Morais (PDT/GO);** e dos Senhores Deputados**: Dr. Rosinha (PT/PR)** e **Eduardo Azeredo (PSDB/MG).** Deixam de comparecer a Senhora Senadora: **Ângela Portela (PT/RR) Lúcia Vânia (PSDB/GO);** o Senhor Senador **Armando Monteiro (PTB/PE);** e as Senhoras Deputadas: **Teresa Surita (PMDB/RR), Rebecca Garcia (PP/AM), Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Gorete Pereira (PR/CE)** e **Célia Rocha (PTB/AL).** Na ocasião foram aprovados os seguintes requerimentos:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 451/12 | Requer sejam expedidos convites às seguintes autoridades do Estado de São Paulo para Audiência Pública da CPMI a ser realizada no dia 29 de junho de 2012: * Valéria Scarance, Núcleo de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
* Gislaine Doraide Ribeiro Pato, Coordenadora das Delegacias das Mulheres de São Paulo;
* Yolanda Sperli, Coordenadoria da Mulher do Município de São Paulo;
* Deputada Telma de Souza, Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa de São Paulo;
* Thais Helena Costa Nader, Coordenadora Defensora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM)/São Paulo;
* Marcos Carneiro Lima, Delegado Geral da Polícia Civil do Estado de São Paulo.
 | **Deputada Keiko Ota** |
| 452/12 | Requer sejam expedidos convites às seguintes autoridades do Estado de São Paulo para Audiência Pública da CPMI a ser realizada no dia 29 de junho de 2012: * Eloisa de Souza Arruda, Secretária de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo;
* Desembargador Ivan Ricardo Garisio Sartori, Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo;
* Antônio Ferreira Filho, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo;
* Daniela Sollberger Cembranelli, Defensora Pública Geral;
* Márcio Fernando Elias Rosa, Procurador Geral de Justiça;
* Giovanni Guido Cerri, Secretário de Saúde do Estado de São Paulo;
* Rosemary Corrêa, Gestora Executiva do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher.
 | **Deputada Keiko Ota** |
| 453/12 | Requer sejam expedidos convites às seguintes autoridades do Estado de São Paulo para Audiência Pública da CPMI a ser realizada no dia 29 de junho de 2012: * Maria José de Lima, Presidente da Associação de Mulheres da Zona Leste – AMZOL;
* Dalila Eugênia Maranhão Dias Figueiredo, Presidente da Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude;
* Alzira Rufino, Coordenadora da Casa de Cultura da Mulher Negra;
* Sônia Regina Maurelli, Presidente da Casa de Isabel;
* Veridiana Maurelli, Gerente de Núcleo da Sede Casa de Isabel;
* Maria Castro, Coordenadora Geral da Sociedade Santos Mártires – Casa de Sofia;
* Maria José Rosado Nunes, Presidente da Católicas pelo Direito de Decidir – Brasil;
* Elza Berquo, Presidente da Comissão de Cidadania e Reprodução - CCR;
* Ana Galati, Presidente e Coordenadora dos Trabalhos com Mulheres do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde – São Paulo;
* Sandra Unbehaum, Coordenadora da Comunicação em Sexualidade – ECOS;
* Nilza Iraci, Presidente do Instituto da Mulher Negra – Geledés;
* Vera Vieira, Coordenadora Executiva da Rede Mulher de Educação;
* Sônia Coelho, Sempre Viva Organização Feminista - SOF;
* Arlene Ricoude, Presidente da União de Mulheres de São Paulo;
* Maria Amélia de Almeida Teles, Coordenadora da União de Mulheres de São Paulo;
* Gislaine Rosseto, Presidente da SOS Ação Mulher e Família.
 | **Deputada Keiko Ota** |
| 454/12 | Requer seja convidado o Defensor Público Geral do Distrito Federal, Jairo Lourenço de Almeida, para prestar esclarecimentos sobre a situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Distrito Federal e entorno, bem como as ações da Defensoria Pública para este propósito.  | **Senadora Ana Rita** |
| 455/12 | Requer seja convidado o Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Desembargador João de Assis Mariozi, para prestar esclarecimentos sobre a situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Distrito Federal e entorno, bem como as ações do Judiciário para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 456/12 | Requer seja convidada a Secretária da Mulher do Distrito Federal, Ogamir Amância Ferreira, para prestar esclarecimentos sobre a situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Distrito Federal e entorno, bem como apresentar as ações da pasta para este fim. | **Senadora Ana Rita** |
| 457/12 | Requer seja convidado o Secretário de Saúde do Distrito Federal, Rafael de Aguiar Barbosa, para prestar esclarecimentos sobre a situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no Distrito Federal e entorno, bem como apresentar as ações da pasta para este fim. | **Senadora Ana Rita** |
| 458/12 | Requer seja convidada a Secretária da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos do Estado de Alagoas, Kátia Born, para prestar esclarecimentos sobre a situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado de Alagoas e apresentar as ações da pasta para este fim. | **Senadora Ana Rita** |
| 459/12 | Requer seja convidado o Secretário de Saúde do Estado de Alagoas, Alexandre de Melo Toledo, para prestar esclarecimentos sobre a situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado de Alagoas e apresentar as ações da pasta para este fim. | **Senadora Ana Rita** |
| 460/12 | Requer seja convidado o Defensor Público Geral do Estado de Alagoas, Eduardo Antônio de Campos Lopes, para prestar esclarecimentos sobre a situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado de Alagoas e apresentar as ações da Defensoria para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 461/12 | Requer seja convidado o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, Desembargador Sebastião Costa Filho, para prestar esclarecimentos sobre a situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado de Alagoas e apresentar as ações do Judiciário Estadual para este propósito. | **Senadora Ana Rita** |
| 462/12 | Requer seja convidado o Secretário de Defesa Social do Estado de Alagoas, Dário César Barros Cavalcante, para prestar esclarecimentos sobre a situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado de Alagoas e apresentar as ações da pasta para este fim. | **Senadora Ana Rita** |
| 463/12 | Requer seja convidado o Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, César Augusto Grubba, para prestar esclarecimentos sobre a situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado de Santa Catarina e apresentar as ações da pasta para este fim. | **Senadora Ana Rita** |
| 464/12 | Requer seja convidado o Secretário de Saúde do Estado de Santa Catarina, Dalmo Claro de Oliveira, para prestar esclarecimentos sobre a situação do enfrentamento à violência contra as mulheres no estado de Santa Catarina e apresentar as ações da pasta para este fim. | **Senadora Ana Rita** |
| 465/12 | Requer seja convidado o Delegado de Polícia da 110ª DP de Teresópolis/RJ, Walter Barros, para prestar esclarecimentos sobre as investigações de denúncia de estupro a uma adolescente envolvendo policiais militares no Município de Teresópolis.  | **Senadora Ana Rita** |
| 466/12 | Requer seja convidado o Delegado de Polícia da 35ª DP (Campo Grande), Alberto de Oliveira Leite, para prestar esclarecimentos sobre a suspeita de facilitação da fuga do policial militar, Frank Cimar Barbosa, acusado de sequestrar, estuprar e ameaçar vítima a testemunhas.  | **Senadora Ana Rita** |
| 467/12 | Requer seja convidada representante do Fórum de Entidades Autônomas de Mulheres de Alagoas para discutir a violência contra a mulher no estado de Alagoas.  | **Senadora Ana Rita** |
| 468/12 | Requer seja convidada representante da Organização de Mulheres Maria Mariá de Maceió para discutir a violência contra a mulher no estado de Alagoas.  | **Senadora Ana Rita** |
| 469/12 | Requer informações ao Ministro Marco Aurélio de Melo do Supremo Tribunal Federal sobre o HC 103.078/PE, referente ao processo de Christina Gabrielsen, que está sob sua relatoria desde o ano de 2010. | **Senadora Ana Rita** |
| 470/12 | Requer informações ao Juiz Titular do Juizado Especializado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Boa Vista/RR, Jefferson Fernandes da Silva, sobre as medidas protetivas de urgência concedidas à Sra. Lenir Floriano da Silva, moradora do Município de São João da Baliza, bem como informações sobre o cumprimento das respectivas medidas.  | **Senadora Ana Rita** |
| 471/12 | Requer informações e cópias das medidas adotadas pelo Ministério Público para garantir o cumprimento das medidas protetivas de urgência concedidas à Sra. Lenir Floriano da Silva, moradora do Município de São João da Baliza, ao Procurador Geral de Justiça do estado de Roraima, Fábio Bastos Stica. | **Senadora Ana Rita** |
| 472/12 | Requer informações e cópias dos boletins de ocorrência registrados pela Sra. Lenir Floriano da Silva, moradora do Município de São João da Baliza, bem como dos procedimentos e inquéritos instaurados, ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Roraima, Francisco Sá Cavalcante. | **Senadora Ana Rita** |
| 473/12 | Requer informações e cópia do inquérito policial e da prisão do acusado de assassinar Adenise Cristina Santos Leão, no Município de Camópolis, ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, Rômulo de Carvalho Ferraz. | **Senadora Ana Rita** |
| 474/12 | Requer ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Coronel Erir Ribeiro da Costa Filho, informações e cópias dos seguintes processos disciplinares:1. Caso dos quatro policiais militares acusados de violarem sexualmente uma adolescente no Município de Teresópolis no Estado do Rio de Janeiro;
2. Caso dos três policiais militares suspeitos de terem estuprado e torturado uma mulher na Comunidade da Rocinha, no Estado do Rio de Janeiro;
3. Caso do policial militar Frank Cimar Barbosa, acusado de sequestrar e estuprar uma jovem em Campo Grande, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, a que após ser preso fugiu da delegacia.
 | **Senadora Ana Rita** |
| 475/12 | Requer ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, informações e cópias dos seguintes processos disciplinares:1. Caso dos quatro policiais militares acusados de violarem sexualmente uma adolescente no Município de Teresópolis no Estado do Rio de Janeiro;
2. Caso dos três policiais militares suspeitos de terem estuprado e torturado uma mulher na Comunidade da Rocinha, no Estado do Rio de Janeiro;
3. Caso do policial militar Frank Cimar Barbosa, acusado de sequestrar e estuprar uma jovem em Campo Grande, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, a que após ser preso fugiu da delegacia.
 | **Senadora Ana Rita** |
| 476/12 | Requer ao Procurador Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Soares Lopes, informações e cópias dos seguintes processos disciplinares:1. Caso dos quatro policiais militares acusados de violarem sexualmente uma adolescente no Município de Teresópolis no Estado do Rio de Janeiro;
2. Caso dos três policiais militares suspeitos de terem estuprado e torturado uma mulher na Comunidade da Rocinha, no Estado do Rio de Janeiro;
3. Caso do policial militar Frank Cimar Barbosa, acusado de sequestrar e estuprar uma jovem em Campo Grande, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, a que após ser preso fugiu da delegacia.
 | **Senadora Ana Rita** |
| 477/12 | Requer ao Procurador Geral de Justiça do Estado de Pernambuco, Agnaldo Fenelon de Barros, informações sobre a realização de audiência sobre o processo de Adriana de Paula da Silva Ramos (0000613-57.2011.8.17.040 1ª Vara da Comarca de Água Preta) que fora marcada para o dia 2 de maio de 2012 e seu resultado. | **Senadora Ana Rita** |
| 478/12 | Requer ao Procurador Geral de Justiça do Estado de Pernambuco, Agnaldo Fenelon de Barros, informações sobre o caso de Izaelma Cavalcante Tavares. | **Senadora Ana Rita** |
| 479/12 | Requer ao Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco, Wilson Salles Damázio, informações e cópia sobre o caso de Izaelma Cavalcante Tavares. | **Senadora Ana Rita** |
| 480/12 | Requer ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, Desembargador Pedro Valls Feu Rosa, o encaminhamento das seguintes informações referentes ao caso de Fernanda Rodrigues Crizostemo:1. Que procedimentos foram adotados para apurar responsabilidades pela omissão no atendimento a Fernanda Rodrigues Crizostemo que culminou com sua morte?
2. Por que a Vara de Violência Doméstica informou que não processava este tipo de demanda?
3. Quais são os procedimentos que a Vara adota quando uma mulher solicita medida protetiva na própria Vara?
4. Em 07/02/2012 estavam sendo realizadas audiências? Havia promotor de justiça na Vara?
 | **Senadora Ana Rita** |
| 481/12 | Requer ao Procurador Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo, Éder Pontes da Silva, o encaminhamento das seguintes informações referentes ao caso de Fernanda Rodrigues Crizostemo:1. Que procedimentos foram adotados para apurar responsabilidades pela omissão no atendimento a Fernanda Rodrigues Crizostemo que culminou com sua morte?
2. Por que não foi tomado o Termo de Depoimento da vítima e solicitadas as medidas protetivas no dia 07/02/2012?
3. Quais eram os promotores presentes nos dias 07 e 08/02/2012?
4. Quais os procedimentos que o Ministério Público adota quando uma mulher solicita medida protetiva no próprio Ministério Público?
5. Por que para fazer o agendamento era necessária a presença dos promotores, se estes estavam em audiência?
6. Que tipo de treinamento recebem os funcionários e estagiários que atendem as mulheres em situação de violência doméstica?
 | **Senadora Ana Rita** |
| 482/12 | Requer ao Procurador Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo, Éder Pontes da Silva, o encaminhamento das seguintes informações referentes ao caso de Fernanda Rodrigues Crizostemo:1. Que procedimentos foram adotados para apurar responsabilidades pela omissão no atendimento a Fernanda Rodrigues Crizostemo que culminou com sua morte?
2. Por que não foi tomado o Termo de Depoimento da vítima e solicitadas as medidas protetivas em 08/02/2012?
3. Havia defensores públicos presentes em 08/02/2012? Quais eram?
4. Como se explica a ausência de defensor na própria Defensoria Pública para atender mulheres em situação de violência?
5. Quais os procedimentos que a Defensoria Pública adota quando uma mulher solicita medida protetiva na própria Defensoria?
6. Por que a informação de que a Defensoria Pública não realiza este tipo de encaminhamento?
7. Que tipo de treinamento recebem os funcionários e estagiários que atendem as mulheres em situação de violência doméstica?
 | **Senadora Ana Rita** |
| 483/12 | Requer ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo, Henrique Geaquinto Herkenhoff, o encaminhamento das seguintes informações referentes ao caso de Fernanda Rodrigues Crizostemo:1. Que procedimentos foram adotados para apurar responsabilidades pela omissão no atendimento a Fernanda Rodrigues Crizostemo que culminou com sua morte?
2. Quais medidas foram adotadas relativas a denúncias apresentadas no BO?PC nº 154/2012? Quem era o delegado de plantão nesta data?
3. Na mesma semana do primeiro boletim de ocorrência, a vítima registro nono BO na DEAM de Cariacica e solicitou representação, entretanto, sua oitiva fora marcada para o dia 25/04/2012. Por que ela não foi ouvida de imediato? Quem era o delegado de plantão nesta data?
4. Por que a Delegacia utiliza agendamentos para oitiva de vítimas?
5. Por que não foi possível realizar a oitiva da vítima no dia 1º/02/2012 na DEAM?
6. Quais critérios são utilizados para avaliar se um caso é de risco? Por que este não foi considerado de risco?
 | **Senadora Ana Rita** |
| 486/12 | Requer ao Procurador Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo, Éder Pontes da Silva, o encaminhamento das seguintes informações referentes ao caso de Débora Cardoso Silva: 1. Em que data foi tomado a termo o depoimento de Débora Cardoso Silva?
2. Que medidas foram ou estão sendo tomadas para apurar os fatos por ela relatados?
3. Quando foi oferecida a denúncia? Caso já tenha sido oferecida, encaminha cópia a esta CPMI.
 | **Senadora Ana Rita** |
| 487/12 | Requer ao Presidente da assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, Deputado Theodorico Ferraço, informações sobre abertura de processo disciplinar contra o Deputado Gildevan Alves Fernandes para apurar denúncias de violência sexual contra a Sra. Débora Cardoso Silva. | **Senadora Ana Rita** |
| 488/12 | Requeiro a realização de diligência para investigar a situação de Serviços Públicos de Atendimento à Mulher no Estado de Mato Grosso.  | **Senadora Ana Rita** |
| 489/12 | Requeiro a realização de diligência para investigar a situação de Serviços Públicos de Atendimento à Mulher no Estado do Maranhão.  | **Senadora Ana Rita** |
| 490/12 | Requeiro a realização de diligência para investigar a situação de Serviços Públicos de Atendimento à Mulher no Estado da Bahia.  | **Senadora Ana Rita** |
| 491/12 | Requeiro a realização de diligência para investigar a situação de Serviços Públicos de Atendimento à Mulher no Estado do Mato Grosso do Sul.  | **Senadora Ana Rita** |
| 492/12 | Requeiro a realização de diligência para investigar a situação de Serviços Públicos de Atendimento à Mulher no Estado de São Paulo.  | **Senadora Ana Rita** |
| 493/12 | Requeiro a realização de diligência para investigar a situação de Serviços Públicos de Atendimento à Mulher no Estado da Paraíba.  | **Senadora Ana Rita** |
| 494/12 | Requeiro a realização de diligência para investigar a situação de Serviços Públicos de Atendimento à Mulher no Estado do Amazonas.  | **Senadora Ana Rita** |
| 495/12 | Requeiro a realização de diligência para investigar a situação de Serviços Públicos de Atendimento à Mulher no Distrito Federal e Região do Entorno.  | **Senadora Ana Rita** |
| 496/12 | Requeiro a realização de diligência para investigar a situação de Serviços Públicos de Atendimento à Mulher no Estado de Alagoas.  | **Senadora Ana Rita** |
| 497/12 | Requer a realização de diligência na cidade de Queimadas/PB, para tomar depoimentos de testemunhas e do Delegado responsável pelo caso do estupro coletivo ocorrido em 12/02/2012, naquele município.  | **Senadora Ana Rita** |
| 498/12 | Requer ao Ministério Público de Mato Grosso a designação da Promotora de Justiça, Lindalva Rodrigues Dalla Costa, para contribuir com os trabalhos desta CPMI.  | **Senadora Ana Rita** |
| 499/12 | Requer seja convidado para audiência o pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz, representante do Instituto Sangari, que promove a pesquisa do Mapa da Violência nos Estados. | **Deputada Jô Moraes** |
| 500/12 | Convidar para Audiência Pública no Estado do Amazonas. | **Deputada Rebecca Garcia** |
| 501/12 | Com fulcro no art. 90, Inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja convidado o Pesquisador Júlio Jacobo Waiselfisz, do Instituto Sangari para apresentar e discutir os dados do Mapa da Violência 2012, bem como debater a violência contra a mulher no Brasil. | **Senadora Ana Rita** |
| 502/12 | Com fulcro no art. 90, Inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja convidada(o) Pesquisador(a) da Fundação Perseu Abramo para debater, nesta CPMI, a violência contra a mulher no Brasil. | **Senadora Ana Rita** |
| 503/12 | Requer seja convidado o Sr. Cesar Augusto Grubba, Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, para apresentar à CPMI informações relativas aos dados de violência, atendimento, e as ações que estão sendo desenvolvidas no Estado de Santa Catarina. | **Deputada Carmen Zanotto** |
| 504/12 | Requer seja convidado o Sr. Dalmo Claro de Oliveira, Secretário de Saúde do Estado de Santa Catarina, para apresentar à CPMI informações relativas ao atendimento na rede hospitalar das mulheres vítimas de violência, bem como as políticas que estão sendo desenvolvidas no Estado. | **Deputada Carmen Zanotto** |
| 505/12 | Solicita informações à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná sobre casos de violência contra a mulher. | **Deputado Dr. Rosinha** |
| 506/12 | Requer seja convidado o Secretário de Segurança Pública do DF, Sandro Torres Avelar, para responder a questionamentos da CPMI. | **Senadora Ana Rita** |
| 507/12 | Requer seja convidada a Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Eunice Pereira Amorim, para responder a questionamentos desta CPMI. | **Senadora Ana Rita** |
| 508/12 | Requer seja convidado o Defensor Público-Geral do Estado da Paraíba, Vanildo Oliveira Brito, para responder a questionamentos desta CPMI. | **Senadora Ana Rita** |
| 509/12 | Requer seja convidado o Procurador Geral do Estado da Paraíba, Gilberto Carneiro da Gama, para responder a questionamentos desta CPMI. | **Senadora Ana Rita** |
| 510/12 | Requer seja convidado o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, Desembargador Abrahan Lincoln da Cunha Ramos, para responder a questionamentos desta CPMI. | **Senadora Ana Rita** |
| 511/12 | Requer seja convidado o Secretário de Segurança Pública do Estado da Paraíba, Gustavo Ferraz Gominho, para responder a questionamentos desta CPMI. | **Senadora Ana Rita** |
| 512/12 | Requer seja convidado o Secretário de Saúde do Estado da Paraíba, José Maria de França, para responder a questionamentos desta CPMI. | **Senadora Ana Rita** |
| 513/12 | Requer seja convidada a Secretária da Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba, Iraê Heusi de Lucena Nóbrega, para responder a questionamentos desta CPMI. | **Senadora Ana Rita** |
| 514/12 | Requer seja convidada a Defensora Pública-Geral do Estado do Paraná, Josiane Fruet Bettini Lupion, para responder a questionamentos desta CPMI. | **Senadora Ana Rita** |
| 515/12 | Requer seja convidado o Procurador-Geral do Estado do Paraná, Gilberto Giacoia, para responder a questionamentos desta CPMI. | **Senadora Ana Rita** |
| 516/12 | Requer seja convidado o Secretário de Saúde do Estado do Paraná, Michele Caputo Neto, para responder a questionamentos desta CPMI. | **Senadora Ana Rita** |
| 517/12 | Requer seja convidado o Secretário de Segurança Pública do Paraná, Reinaldo de Almeida César, para responder a questionamentos desta CPMI. | **Senadora Ana Rita** |
| 518/12 | Requer seja convidada a Secretária de Políticas para as Mulheres e Promoção de Igualdade Racial do Estado de Goiás, Glaucia Maria Teodoro Reis, para responder a questionamentos desta CPMI. | **Senadora Ana Rita** |
| 519/12 | Requer seja convidada a Delegada-Geral da Polícia Civil do Estado de Goiás, Adriana Accorsi, para responder a questionamentos desta CPMI. | **Senadora Ana Rita** |
| 520/12 | Requer seja convidado o Defensor Público-Geral do Estado do Mato Grosso do Sul, Paulo Andre Defante, para responder a questionamentos desta CPMI. | **Senadora Ana Rita** |
| 521/12 | Requer seja convidado o Secretário de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso do Sul, Wantuir Francisco Brasil Jacini, para responder a questionamentos desta CPMI. | **Senadora Ana Rita** |
| 522/12 | Requer seja convidada a Secretária de Saúde do Estado do Mato Grosso do Sul, Beatriz Figueiredo Dobashi, para responder a questionamentos desta CPMI. | **Senadora Ana Rita** |
| 523/12 | Requer seja convidado o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, Desembargador Hildebrando Coelho Neto, para responder a questionamentos desta CPMI. | **Senadora Ana Rita** |
| 524/12 | Requer seja convidado o Procurador-Geral do Estado do Mato Grosso do Sul, Humberto de Matos Brittes, para responder a questionamentos desta CPMI. | **Senadora Ana Rita** |
| 525/12 | Requer a realização de diligência para investigar a situação de Serviços Públicos de Atendimento à Mulher no Estado de Sergipe. | **Senadora Ana Rita** |
| 526/12 | Requer sejam encaminhadas a esta CPMI, pelas Secretarias de Saúde dos 26 Estados da Federação e do Distrito Federal, as seguintes informações:1. Quantitativo de notificações compulsórias, por tipo de notificação, dos últimos 5 anos, na impossibilidade, dos últimos 12 meses, com a justificativa do porquê de não haver registros dos anos anteriores.
2. Existe protocolo de atendimento à mulher em situação de violência (quer sexual ou doméstica) quando chega aos hospitais? Solicitamos o detalhamento de tal protocolo.
 | **Senadora Ana Rita** |
| 527/12 | Requer seja convidada representante da Marcha Mundial de Mulheres para participar de Audiência Pública a ser realizada no Estado de Alagoas. | **Senadora Ana Rita** |

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Coloco em votação as Atas da 9ª, 10ª, 11ª e 12ª reuniões, solicitando a leitura das mesmas.

As Srªs Deputadas e Srs. Deputados, as Srªs Senadoras e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

As Atas estão aprovadas.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Srª Presidente, são vários requerimentos que nós apresentamos, considerando a necessidade de garantirmos o bom andamento dos trabalhos, tanto das audiências públicas realizadas nos Estados, quanto dos pedidos de informações que precisamos fazer em decorrência do que já foi discutido, do que já foi observados nos demais Estados por onde já passamos.

Na verdade, são dois requerimentos que solicitamos a retirada deles, o 38 e o 39, porque houve mudança da presidência tanto do Supremo Tribunal Federal, quanto do Superior Tribunal de Justiça. Vamos encaminhar isso em seguida, fazendo um novo requerimento, atualizado, e também estamos aqui solicitando que sejam convidados para as diversas audiências públicas nos Estados, de acordo com a nossa programação, as autoridades locais, de acordo com o ritual que estamos realizando nas audiências públicas, secretários de Estados, representação do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, das Defensorias Públicas, também da sociedade civil. Então, nós já estamos agilizando os requerimentos para que essas pessoas sejam convidadas a participar, é um convite, mas com um caráter de convocação. As pessoas estão sendo convidadas, mas com um caráter de convocação para essas audiências públicas.

E alguns pedidos de informação, diversos pedidos, para várias autoridades, tanto estaduais quanto federais, referentes aos casos que tivemos a oportunidade de colher depoimentos durante as audiências públicas realizadas nos Estados e outros casos que foram relatados de denúncias que precisam ser apuradas por esta Comissão.

Portanto, é um conjunto de requerimentos que estamos colocando em apreciação aqui, para que eles sejam aprovados e assim possamos dar o andamento adequado às questões levantadas.

Estamos aqui definindo para que as autoridades locais dos Estados possam ter, no máximo, vinte dias para responder os requerimentos que estamos encaminhando agora; os que foram encaminhados anteriormente e não ainda não respondidos, estamos reiterando. E desse processo de reiteração, no máximo sete dias para responder. E para as autoridades federais,que também estamos solicitando informações, um prazo máximo de vinte dias.

Se assim for da concordância de todos os membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, solicitamos à secretaria que conste em ata esses prazos e, na medida em que forem encaminhados os requerimentos, por meio de correspondência,que esses prazos fiquem bem claros para que as pessoas que deverão responder tenham a clareza desses prazos, para não acontecer o que aconteceu em alguns dos Estados em que nós fomos, que não tiveram a clareza suficiente dos prazos e os pedidos de informação não chegaram a tempo para que esta Comissão pudesse analisar e, assim, durante as audiências públicas, pudéssemos inquirir as autoridades a partir dessas respostas.

Então, é importante que fique bastante claro os prazos que as pessoas têm, que as autoridades têm, tanto em âmbito local, nos Estados, como em âmbito nacional, aqui, em Brasília, para que nos deem as respostas dentro do prazo estabelecido por esta Comissão.

Então, faço esta solicitação, Srª Presidente, para que seja apreciado por esta Comissão também essa questão dos prazos.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Vamos passar aos requerimentos, lembrando que um dos requerimentos é que esta Comissão aprova os prazos de requerimentos de informações, para autoridades federais e autoridades estaduais, de até vinte dias. Concluído esse prazo de vinte dias, serão reiterados um prazo de até sete dias. Concluído o prazo de sete dias, as autoridades que não responderem serão convocadas. É este o encaminhamento que a Comissão passará, a partir de agora a ter em relação às informações requeridas.

Alguma discussão?

Passamos, então, para o conjunto dos requerimentos.

Os Requerimentos de nºs 1 e 2, por solicitação da Senadora Ana Rita, são retirados de pauta porque correspondem às mudanças nas autoridades tanto do Supremo Tribunal Federal, como do Superior Tribunal de Justiça.

Os Requerimentos de nºs 3 e 4, da Senadora Marta Suplicy, já foram aprovados, inicialmente, como convites às autoridades do Estado de São Paulo.

Os Requerimentos de nºs 5, 6, 7 são requerimentos de solicitação de informações às autoridades do Estado de São Paulo.

Os Requerimentos... O Item 8, não são requerimentos... repito aqui que foram retirados os Requerimentos de nºs 038, 039, 424, 425.

Foram aprovados os requerimentos com solicitação de informações às autoridades de São Paulo, 451, 452, 453.

Os próximos requerimentos serão transformados de convocado em convidado às autoridades do Distrito Federal, do Estado de Alagoas.

Os Requerimentos de nºs 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466 transformados de convocados para convidados por serem a primeira vez. A segunda serão convocados.

Aprovados os requerimentos de convite.

Queremos ratificar que são do Estado de Alagoas e também do Distrito Federal.

Os Requerimentos de nºs 466, 468 também convidados para comparecerem à Comissão.

Solicitação de informações, Requerimentos nºs 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, são todos requerimentos de informações de diferentes Estados que estão sendo encaminhados para serem aprovados.

O Requerimento nº 484 é retirado de pauta, assim como o de nº 485.

Continuo por solicitação de informações a serem aprovados: os Requerimentos nºs 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, são requerimentos de informações às diferentes instâncias de vários Estados da Federação.

Também são apreciados requerimentos de informação de autoria do Deputado Dr. Rosinha, Requerimento de nº 455, e Requerimentos de 456 a 527 de autoria da Relatora, Senadora Ana Rita.

As alterações nos encaminhamentos foram um entendimento entre toda a Mesa e as autoras dos requerimentos nos diferentes Estados. Por isso, nós passamos à apreciação.

Em votação.

As Srªs Deputadas e os Srs. Deputados, as Srªs Senadores e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Estão sendo apreciados os requerimentos em votação em bloco.

Os requerimentos, em bloco, estão aprovados.

Não havendo nada mais a tratar...

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Srª Presidente...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes – PCdoB – MG) – Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR) – Estamos aqui, eu e a Deputada Rosane Ferreira, e, por deliberação desta CPMI, nós convidamos... E foi feita uma reunião no Paraná, onde nós montamos um grupo de trabalho que é preparatória para a nossa audiência pública no Estado do Paraná. Esse grupo de trabalho já está na terceira reunião e os locais das reuniões têm sido na OAB, porque eu mesmo, como parlamentar, procurei a presidência da OAB e solicitei que nos concedesse o espaço, funcionários, telefone e toda a estrutura necessária para o funcionamento. E hoje essa comissão funciona e existe com todos os segmentos da sociedade, seja a partir das ONGs, todos os movimentos sociais, uma convocação aberta e ampla.

Esse requerimento de minha autoria apresentado aqui foi já uma solicitação e fruto do trabalho dessa comissão. No nosso contato, meu e da Deputada Rosane, com essa comissão, a comissão propõe a data de 25 de junho como audiência pública no Paraná; segunda-feira, 25 de junho.

Então, gostaria que a Presidente e a nossa Relatora anotassem a data. Não precisa dar a resposta hoje, mas, assim que já estivesse agendada, já comunicasse.

Uma segunda questão – até a assessora da nossa Relatora, a Carmen, conhece, mas acho que é importante, oficialmente, colocar o relatório da violência doméstica feita no MERCOSUL. Acho que nós não vamos usar o texto como um todo, mas acho que serve de parâmetro para nós o que se tratou no MERCOSUL, o que se debateu, e na hora em que a nossa Relatora for fazer o relatório, caso ela ache importante, ela já teria os dados oficialmente, uma vez que a assessora da Comissão, a Carmen, participou de todo o processo. E também as demais deputadas e deputados, senadoras e senadores que desejarem é só solicitar, ou para a Carmen ou para a Relatora; nós enviaremos por correio eletrônico esse diagnóstico da violência doméstica no MERCOSUL. Então, eu queria fazer essas duas observações.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes – PCdoB – MG) – Nós acatamos como anexada aos Anais desta CPMI o relatório apresentado pelo Deputado Dr. Rosinha, que é membro do Parlamento do Mercosul e que nos entrega as informações do levantamento da violência nos países que integram o Mercosul.

Nós agradecemos ao Dr. Rosinha e passamos a palavra à Deputada Keiko.

Mais alguma questão a ser colocada?

**A SRª KEIKO OTA** (PPSB – SP) – Srª Presidenta, eu gostaria, também, de me manifestar sobre a sugestão dada pelo Deputado Dr. Rosinha de fazermos a audiência pública no Paraná no dia 25 de junho. Eu acho que é importante nós adiantarmos o calendário considerando o período eleitoral que vamos entrar, quando teremos dificuldades de manter audiências públicas nos Estados durante o processo eleitoral. Acho que isso é muito ruim. Não será possível garantir um calendário durante esse período. Então, se pudermos adiantar, eu acho que seria muito bom.

Em princípio, Dr. Rosinha, eu tenho plena concordância com a sugestão do Senhor, de fazermos a audiência pública no Estado do Paraná, juntamente com a Deputada Rosane, no dia 25 de junho. Então, se houver a concordância dos demais, acho que é possível sim a gente conciliar.

Eu também gostaria de aproveitar o momento para propor que nós façamos, se possível hoje, mais à noite, em função das nossas atividades – e aí temos que saber se é possível para todos os Deputados, porque sei que na Câmara as sessões vão até o período da noite, mais tarde – fazermos uma reunião hoje, para fazermos um balanço das audiências públicas que nós já realizamos até agora, para que possamos dimensionar o que nós temos de tarefas pela frente e realmente replanejar, vamos dizer assim, o que temos para realizar ainda, dentro do nosso plano de trabalho.Então, se nós pudermos fazer uma conversa hoje à noite, com quem puder, para fazer um balanço para que a gente possa... ou hoje ou amanhã. Estou sugerindo hoje, mas pode ser amanhã. Enfim, para que a gente possa fazer um balanço do trabalho, que a gente possa fazer uma avaliação das audiências públicas realizadas nos Estados e assim nós dimensionarmos melhor o que temos para fazer daqui para frente, no sentido de ganharmos tempo, para que possamos dar conta daquilo que programamos dentro do prazo estabelecido.

Então, é isso. Deixo essa sugestão para ser apreciada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes – PCdoB – MG) – Obrigada, Deputada.

Nada mais havendo a tratar agradeço...

Deputada Nilda Gondim com a palavra, Deputada pela Paraíba e que muito nos honra. Logo em seguinda, nós vamos convocar as duas próximas reuniões, uma na próxima quinta-feira e outra no dia 01.

Deputada Nilda Gondim.

**A SRª NILDA GONDIM** (PMDB – PB) – Primeiro eu quero cumprimentar a Presidente, a Senadora Ana Rita e a nossa querida amiga Keiko, Vice-Presidente. Dizer da minha satisfação, da minha alegria em estar participando desta Comissão, a qual ansiava muito participar, porque eu acho que ela tem tudo a ver, primeiro, com as mulheres, tem tudo a ver também com as dificuldades de enfrentamento que as mulheres vivem, as violências, os crimes cometidos, atrocidades contra as mulheres. E dizer que acho que a ponderação da Srª Senadora é muito viável, porque proximamente vamos enfrentar campanhas políticas nos Municípios e quanto mais rápido nós realizarmos essas audiências públicas nas cidades, nos Municípios é mais conveniente e mais prudente, uma vez que nós vamos entrar em campanha.

Então, eu quero saber de Queimadas, também, que, segundo eu soube, vai ser no dia 13 ou 14, para que a gente possa mobilizar e fazer uma audiência, ouvir o depoimento das pessoas que vocês precisam.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes – PCdoB – MG) – Sem dúvida. Eu queria lembrar que, lamentavelmente, mais do que os nossos dados, a vida demonstra. Acaba de ser assinada no nosso Estado, Deputado Eduardo, uma jovem em uma festa de casamento. A assassinada havia solicitado medida protetiva, que havia sido indeferida, e também como algo de novo, lá no Estado de Minas Gerais, é o terceiro assassinato de mulher e o terceiro suicídio em seguida aos casos que se colocaram lá. Nós devêramos tomar providências para verificar a comprovação dessa informação de que ela teria solicitado, medida protetiva por ameaças e que teria sido indeferido. Este será um dos requerimentos que teremos que aprovar para tomar ciência do ocorrido neste sábado, numa festa de casamento, um assassinato, o terceiro, seguido de suicídio.

Deputada Rosane.

**A SRª ROSANE FERREIRA** (PV – PR) – Muito rapidamente. Primeiro para deixar registrados os parabéns que lhe dou pelo pronunciamento feito no grande expediente da nossa Câmara, na tarde de quinta-feira.

Parabéns Deputada Jô Moraes, a visibilidade que essa CPMI está dando para essa situação é muito importante para que possamos ter o enfrentamento correto dessa mazela que acomete a nossa sociedade. Esta semana também nós tivemos, no final de semana, a morte de um senhor, agressor de longa data, cometido pela filha de 14 anos, ou seja, nessa história que teve como desfecho a morte do agressor temos uma família toda dizimada.

Essa menina de 14 anos está recolhida numa medida sócio protetiva, a mãe está despedaçada e o pai enterrado. Então, uma situação que aconteceu na periferia de Curitiba e os jornais desta semana também trouxeram o aumento absurdo contra criança e adolescente em Curitiba e região metropolitana. No mesmo período, 71% a mais de violência notificada por um único hospital do Estado do Paraná.

Então, é isso que tem que ficar muito claro: a agressão contra a mulher deflagra toda uma série de outras agressões. Uma criança que nasce em lar violento repete isso na sociedade e a sociedade toda paga o preço. Se formos ver, todas teriam, em quase todos os Estados, principalmente nas grandes concentrações urbanas que são as regiões metropolitanas, todas as Deputadas desta Casa teriam uma história triste para contar numa terça-feira como essa. Temos que realmente fazer esse trabalho de forma propositiva e, em conjunto com as prefeituras, buscando soluções.

Ouso dizer mais, Senadora Ana Rita, V. Exª está se empenhando como deveria ser feito nessa história toda, sentimos o seu envolvimento ao se doar ao máximo, temos que ajudar as prefeituras, extrapolando a questão da violência contra mulher e quem sabe possamos propor uma cultura de paz, porque a violência contra a mulher está aí, está no ápice, mas atrás dela tem todas as outras violências no meio urbano que não conseguimos negar e temos que trabalhar isso.

Entendo uma coisa, finalizando a minha fala. Entendo que quando vamos trabalhar a questão da mulher estamos dando para esta mulher o oxigênio necessário para que ela possa cuidar do resto. Estamos cuidando desta mulher para que esta mulher possa cuidar dos filhos e do entorno. Entra bem naquela figura, naquela história de num acidente aéreo você pegar a máscara de oxigênio, mesmo tendo uma criança do lado, e colocar primeiro em você para poder cuidar então da criança. Então, temos que enfrentar todas as formas de violência que hoje permeiam a nossa sociedade, porque não está fácil conviver em sociedade.

Muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTA** (Jô Moraes – PCdoB/MG) – Deputada Marina.

**A SRª MARINA SANTANA** (PT – GO) – Gostaria, não resistindo à oportunidade, já que tanto a Presidenta, a Vice-Presidenta e Relatora se encontram aqui, nossas queridas companheiras de CPMI, todos os companheiros e companheiras, para adiantar a noção da importância que estou vendo desses eventos nos Estados, o que é possível termos em mente e que gostaria de compartilhar com V. Exªs.

A partir da Constituição de 1988 tivemos um arsenal sendo construído pelo Congresso Nacional, com a presença também do Executivo, de leis absolutamente importantes na esfera de defesa de direitos. Começou provavelmente com o Estatuto da Criança e do Adolescente e foi caminhando, combate ao racismo, idosos, vários estatutos até a lei Maria da Penha como mais próxima.

Diante disso, estamos percebendo a distância enorme entre o propósito ou a execução dessas legislações ou a condição que os municípios e Estados se encontram, quer dizer, um cruzamento de fatores ou condições financeiras ou boa vontade ou visão do que deve ser priorizado com relação a essas legislações. O certo é que há mais leis e há uma distância entre a nossa visão de Estado de direito ou o que é proporcionado pelo Legislativo e Executivo, em nível federal, e a própria estrutura de Estado nas unidades da federação.

Então, essa questão é basilar no que estamos discutindo e estamos ampliando o debate sempre permanente sobre o pacto federativo, acho que aqui no Senador tem matéria tramitando dando importância e relevância a essa pauta, acho que vale a pena nos debruçar um pouco também, em algum momento desta CPI, formal ou informalmente, sobre essa distância. É uma distância alarmante, que provavelmente vai entrar na CPI da Exploração e Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes, vai entrar também na de Tráfico de Pessoas. Então, precisamos vislumbrar caminhos que dêem celeridade ao atendimento dessas demandas e, no nosso caso, da legislação da violência contra mulher, nos Municípios e nos Estados. A distância é fenomenal, gerada por vários fatores mas é, sem dúvida nenhuma, fenomenal.

Muito obrigada e parabéns pelo trabalho que está sendo realizado, muitas vezes com sacrifício até pessoal, principalmente de vocês três e dos assessores também, mas que, com certeza, trará um bom resultado para o nosso País.

Muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes – PCdoB/MG) – Antes de encerrar não poderia deixar de registrar aqui algo que evidentemente surpreendeu todo o País que foram as declarações da Xuxa Meneghel que, sem dúvida nenhuma, foi um ato de coragem à altura dos acontecimentos, uma revelação que compõe um processo muito doloroso, porque um processo de natureza familiar, independente de qualquer coisa. Foi um ato pedagógico que contribui para que a sociedade tenha a real dimensão dos conflitos que a sociedade brasileira vive nos seus núcleos fundamentais que são as famílias.

Registro isso porque considero que cada pessoa que tem a vida pública exposta e chega com coragem de revelar as entranhas da sua subjetividade, merece o nosso reconhecimento.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião a realizar-se nesta quinta-feira, às 9 horas, com a pauta para escutarmos os secretários de Santa Catarina que não compareceram, Secretário de Segurança e Secretário de Saúde, mas se dispuseram, através do nosso convite – o que consideramos fundamental - a comparecer a esta CPMI neste espaço.

Em seguida à próxima reunião, que sucede a do dia 24, no dia 1º de maio, na cidade de Maceió, lembrando que Alagoas é o segundo Estado em violência no País e onde ocorrerá uma audiência pública. Dia 1º de junho, porque dia 1º de maio é o Dia dos Trabalhadores, dia daqueles que fazem a riqueza deste País, e que já se passou. Então, estaremos em Alagoas no dia 1º de junho para audiência pública.

Declaro encerrada a reunião.

Boa tarde a todos.

*(Reunião iniciada às quinze horas e vinte minutos e encerrada as quinze horas e cinquenta minutos)*

Deputada Jô Moraes

Presidente